

## ■ ANÁLISES &amp; PERSPECTIVAS

economia - Brasil

**Maria Clara  
R. M. do Prado**

**O** Plano Real, perto de completar seu sexto aniversário, patrocina hoje um processo de expansão diferente daquele que marcou a economia entre julho de 1994 e dezembro de 1995.

O divisor é a mudança da política cambial. A expressiva desvalorização do real em 1999 arrebatou a "mordaça" que inviabilizava a queda interna dos juros e todas as iniciativas de prosperidade dali resultantes.

São dois momentos que marcam de forma nitidamente diferente a dinâmica do crescimento econômico do País, como mostram os gráficos ao lado, elaborados pela Secretaria de Política Econômica (SPE) da Fazenda.

No período de "graça", digamos, do Plano Real, a economia cresceu puxada pelo aumento da demanda interna, impulsionada pelo desaparecimento da alta inflação, mas logo reforçada com a explosão do crédito e o

forte déficit do setor público, que estimularam a indústria e o emprego.

O salário real encontrou ali campo fértil para embicar em ascensão, só começando a cair, na verdade, a partir de abril de 1998.

As exportações ficaram oscilando para trás e para frente, sem ânimo para subir. Não foi só o câmbio valorizado que contribuiu para isso. O continuado aumento da massa salarial real pesou nos custos.

Depois da travessia de 1999, menos dolorida do que se supunha, o Plano Real parece finalmente abrir caminho para um outro tipo de crescimento, mais denso.

O secretário de Política Econômica, Edward Joaquim Amadeo Swaelein, e sua equipe sustentam que o País entrou em nova etapa.

A dinâmica do crescimento viria hoje das exportações e não do consumo interno.

As exportações puxam a indústria, que puxa o emprego. O ajuste fiscal favorece o aumento dos gastos privados e isso estimula o crédito "em simbiose positiva com a recuperação da massa de salários que já começa a ser observada".

A implicação é que desta vez "o crescimento tem sustentabilidade, do ponto de vista das contas externas e internas".

Bem, há aqui questões a considerar.

Primeiro, o movimento de ousadia do Banco Central ao reduzir a taxa Selic (taxa básica) de 18,5% para 17,5% ao ano na terça-feira é totalmente coerente com a tese de que não há pressão do consumo interno.

Mas não faz sumir, infelizmente, os riscos que envolvem o preço do petróleo, os juros nos Estados Unidos e as dúvidas que cercam a Argentina. Nem o tamanho do passivo líquido externo.

Pode-se dizer que o BC, aproveitando a fase de maior calma, apressou-se a dar agora o passo que poderia ter dado no início do ano. Estaria recuperando o espaço que deixou de abrir em janeiro, em fevereiro e até mesmo em março (quando a taxa Selic caiu apenas de 19% para 18,5%) por temer que a economia brasileira se encontrava mais aquecida do que realmente estava.

O segundo ponto tem a ver com o que deve es-

tar pensando o comum dos mortais.

Afinal sabe-se que justamente as exportações, guindadas ao papel de propulsor da retomada do crescimento, continuam apresentando tímido desempenho.

O Ministério da Fazenda argumenta com a deterioração dos termos de troca (preços das exportações versus preços das importações) da balança comercial.

Compara os preços dos cinco primeiros meses deste ano com os de igual período de 1998, ressaltando que a base é muito favorável. Mantidos os mesmos valores, o saldo da balança de janeiro a maio deste ano teria sido de US\$ 4,1 bilhões e não de US\$ 600 milhões.

Os números mostram uma dura realidade. No limiar do século XXI, o comércio externo brasileiro permanece vulnerável às oscilações dos preços das "commodities", seja petróleo, minério ou produto agrícola. A mesma preocupação que marcou os anos 50. ■

E-mail: mprado@gazetamercantil.com.br

*(Esta coluna sai todas as terças, quintas e sextas-feiras)*

